



Dossiê II Congresso Internacional Psicanálise e Filosofia: Psicanálise e os Labirintos da Alma

(Com)domínio do ciberespaço: a cibercultura algorítmica em busca da tecnificação do mal-estar

(Con)domain of cyberspace: algorithmic cyberculture in pursuit of the technification of discontent

 Sam Alcântara

Resumo: O presente artigo explora a relação entre a cibercultura algorítmica e a tecnificação do mal-estar na sociedade contemporânea. Partindo da premissa de que a intervenção humana no estado natural das coisas, impulsionada pelo desenvolvimento técnico e científico, soluciona problemas, mas também gera novas formas de sofrimento, o estudo analisa como a cibercultura intensifica essa dinâmica. A pesquisa aborda a segregação digital, as bolhas de filtros e os domínios do ciberespaço como mecanismos que, ao invés de promoverem a diversidade e a abertura subjetiva, podem levar à exclusão e à homogeneização do pensamento a partir de um processo de condominização digital. A análise se baseia em referenciais teóricos da psicanálise, sociologia e ciência da computação, destacando a importância de uma reflexão crítica sobre os impactos da tecnologia no sujeito e no laço social. Conclui-se que a tecnificação do mal-estar na cibercultura algorítmica exige uma atenção constante aos seus efeitos segregativos e à necessidade de promover uma gestão mais democrática e inclusiva do ciberespaço.

Palavras-chave: cibercultura; mal-estar; segregação digital; condomínios digitais; algoritmos.

Abstract

This article explores the relationship between algorithmic cyberculture and the technification of malaise in contemporary society. Based on the premise that human intervention in the natural state of things, driven by technical and scientific development, solves problems but also generates new forms of suffering, the study analyzes how cyberculture intensifies this dynamic. The research addresses digital segregation, filter bubbles, and the domains of cyberspace as mechanisms that, instead of promoting diversity and subjective openness, can lead to exclusion and homogenization of thought through a process of digital condomization. The analysis is based on theoretical references from psychoanalysis, sociology, and computer science, highlighting the importance of a critical reflection on the impacts of technology on the subject and social bonds. It concludes that the technification of malaise in algorithmic cyberculture requires constant attention to its segregative effects and the need to promote a more democratic and inclusive management of cyberspace.

Keywords: cyberculture; discontent; digital segregation; digital condominiums; algorithms.

A humanidade, desde seus primórdios, intervém diretamente no estado natural das coisas. Apanhados históricos, como os apresentados por Harari (2020) no *best-seller Sapiens*, descrevem algumas das engenhosidades técnicas desenvolvidas pelos agrupamentos humanos, desde os nômades caçadores-coletores até o aparecimento de grupos que iniciaram a era agrícola. Diferentemente da ampla maioria dos mamíferos, tomando os termos do neurocientista Sidarta Ribeiro (2019, p. 29), nossa relação com o tempo é atravessada pela estrutura com a qual traduzimos as informações apresentadas e, ao mesmo tempo, intervimos nesse processo, inventando isso que chamamos de cultura, “temos enorme capacidade de simular futuros possíveis com base nas memórias do passado”.

Isso que chamamos de processo civilizatório, como nos lembra Freud (1930/2020), é muito difícil para nós. Em meio a muitas dores, decepções e tarefas insolúveis, Freud destaca três fontes primárias de sofrimento, a saber: as forças incontrolláveis da natureza; a finitude de nossos corpos; e a fragilidade das regras que regulam as relações humanas. Ao mesmo tempo, apresenta três recursos paliativos que não podemos dispensar diante do sofrimento: “distrações poderosas, que nos permitem menosprezar a nossa miséria, satisfações substitutivas, que a amenizam, e substâncias entorpecentes, que nos tornam insensíveis a ela” (Freud, 1930/2020, p. 319).

Ao afirmar que o principal e primevo objetivo da cultura é nos proteger perante as forças da natureza, Freud destaca que um dos métodos que tende a evitar o desprazer a partir das forças naturais, sejam humanas, sejam da natureza, vem da técnica oriunda da ciência. Esta desenvolve aparatos técnicos na busca de submeter a natureza à vontade humana. Porém, o processo civilizatório produz efeitos e cobra seu preço.

Com o advento do principal artifício técnico humano, a entrada na linguagem, o mal-estar passa a ser condição existencial humana em face à cultura. Não apenas ligado a uma sensação desagradável frente ao destino ou a uma falsa oposição à ideia de bem-estar. Está ligado, na verdade, a um sentimento de perda de lugar, à experiência real, muito comum na clínica, de estar fora de lugar. Sensação muitas vezes descrita – mas não só – como se não estivéssemos no lugar e na hora certa, como se a significação da incerteza portasse a verdade sobre a experiência temporal.

Freud (1930/2020, p. 340) parece antever alguns dos diagnósticos de nosso tempo a partir das possíveis consequências dos inimagináveis avanços da ciência e da técnica. Afinal, o ser humano se torna “uma espécie de deus-protético”. Entretanto, Freud foi sempre taxativo ao afirmar que tais avanços não necessariamente tornariam o homem mais feliz. Ou seja, a relação do homem com a tecnologia no processo civilizatório produz um embaraço ao qual devemos nos manter atentos. A

entrada do homem na cultura produz como resultado desta operação sempre um resto como marca da angústia, e seu correlato motriz de desejo, no cerne da experiência humana.

Assim, a psicanálise, desde o vienense, já nos adverte que a fala é tomada enquanto artifício, um engenhoso artefato. Nesse sentido, a linguagem é uma intervenção técnica do homem sobre o mundo natural que determina o ser falante para além de sua mera condição de vivente. Sobre isso, Lacan (1964/2008) explica que a linguagem abriu ao homem essa margem para-além da vida. Isto é, já que falamos, somos marcados pelo significante em uma relação para sempre não natural com o mundo.

É justamente neste ponto que Freud (1930/2020) estabelece o mal-estar na cultura como a presença da insistente pulsão de morte como condição do processo de civilização dos seres humanos. Obviamente, isso não é sem consequências, e o preço pago pelo homem por sua condição de ser de linguagem é ser atravessado por esta montagem imaginária e simbólica que instaura o gozo e que conduz à falência de qualquer projeto esférico e totalizante para a satisfação do homem, a eterna busca pela felicidade. Aqui, precisamos tomar certo cuidado com alguns marcadores importantes que distinguem a conceituação freudiana das contribuições de Jacques Lacan para o campo psicanalítico. Afinal, apesar de algumas incursões teóricas que buscam uma certa aproximação do conceito de pulsão de morte freudiano com a ampla definição lacaniana de gozo, não se trata da mesma coisa¹.

1. A tecnificação do mal-estar: da categorização à segregação

Desde a invenção da escrita, o domínio do fogo, a manipulação da pedra e do ferro, a descoberta da pólvora e a invenção da roda, a intervenção técnica humana sobre o estado natural das coisas soluciona problemas efetivos, mas não elimina o sofrimento. Ao contrário, participa ativamente na produção de uma espécie de sofrimento que caracteriza a civilização no sentido estrito, esse que estamos tratando: o mal-estar. Com o passar do tempo, a humanidade vivencia o mal-estar em sua condição de não mais completa imersão no mundo natural e instintivo. Então, o homem experiencia o mal-estar no adiamento da satisfação pulsional, na diferenciação entre sujeito e objeto, na sofisticação das formas de caça, bem como nas múltiplas formas de associação com o outro que as ferramentas propiciaram.

¹ Sobre isso, consultar o trabalho de Alfredo Eidelsztein, *Outro Lacan* (2023), publicado no Brasil pela editora Toro. Aqui, não faz parte deste empreendimento acentuar as distinções epistemológicas entre ambos, mas vale a pena ressaltar a existência radical de diferenças.

Ora, se o desenvolvimento das tecnologias surge como desdobramento de nossas capacidades imaginárias e simbólicas em criar realidades, tem como consequências uma dupla saída: de um lado alivia o sofrimento e de outro gera mal-estar (Lacan, 1974/2005). Dessa forma, a civilização é indissociável da tecnificação. Nos termos freudianos, é o preço que se paga: a renúncia pulsional e o júbilo da pulsão de morte. Segundo a teoria freudiana, é justamente a pulsão de morte que se impõe ao ciclo monótono do prazer-desprazer, ao mesmo tempo rompendo com o preconceito de que a cultura e a civilização, Freud não diferencia os termos, seriam produto evidente de um progresso. É em cima desta premissa que Freud constrói sua teoria do mal-estar no processo civilizatório.

Outra forma de apresentar nossa relação com o mal-estar e o sofrimento está, dentre outras coisas, no resultado da precariedade e efemeridade do nosso corpo diante da “supremacia da natureza”, bem como na nossa impossibilidade de formatar arranjos políticos e métodos infalíveis de regulação de regras sociais. Quanto aos limites físicos, não temos outra saída a não ser nos contentarmos com o fato de que nunca poderemos dominar por completo a natureza. Apesar disso, continuamos, e continuaremos, insistindo nessa tarefa através de aparatos científicos e tecnológicos que vemos aos montes em portais de notícias e comerciais publicitários do mercado de consumo. Já no que concerne ao sofrimento de origem social, transgredimos limites acerca das nossas próprias ações, desenvolvendo sistemas de linguagem técnica de classificação e categorização de tudo, inclusive de humanos. Como já nos advertia Marx em sua obra, tudo se transforma em mercadoria, passível de categorização e apropriação pelo mercado.

Dentre as características técnicas para lidar com o mal-estar frente às relações humanas que nosso curso civilizatório ocidental presenciou ao longo da era moderna, estão os numerosos processos de dissociação mediante o qual indivíduos de um grupo perderam contato físico e social com outros indivíduos e grupos. Temos, então, o surgimento histórico de civilizações nas quais pessoas são marcadas e categorizadas por fatores biológicos e sociais, tais como gênero, raça, etnia, riqueza, educação, religião, nacionalidade, dentre outros marcadores da engenharia social colonizadora eurocêntrica.

No século XX, fomos testemunhas da faceta de horror que a tentativa de controle e da tecnificação científica produziu nos campos de concentração e extermínio, como Auschwitz; da segregação racial americana e do *apartheid* na África do Sul; da segregação espacial urbana que concentra populações pobres em determinadas áreas das cidades; do surgimento dos condomínios fechados, que, em nome da segurança e da tranquilidade, separam indivíduos com maior poder econômico dos demais (Dunker, 2015). Inúmeros são os exemplos de segregação e exclusão que o

último século produziu e em todos os casos existia a presença de alguma “tecnologia de segregação”, seja esta para controlar, separar ou aniquilar indivíduos e grupos.

2. Os “males” justificam os meios?

Nesse cenário, o século XXI parece atualizar antigos paradigmas e atravessar novas inquietações. O domínio da ambivalência e da incerteza causado pelos anos de tensão do pós-Segunda Guerra e da Guerra Fria contra-atacou violentamente com toda uma série cada vez mais ampla de preocupações.

Vivemos, desde antes da pandemia do coronavírus, sob condição de um mundo em risco, diagnóstico proposto pelo sociólogo Ulrich Beck. Com o fim da União Soviética e a expansão do ideário econômico neoliberal de mercados comuns no capitalismo globalizado, o risco de uma catástrofe eminente é deslocado; a “sociedade de risco” (Beck, 2018) seria a política impetrada. O argumento ganha potência a partir do estado pandêmico que assistimos aterrorizados com os efeitos da Covid-19, o risco já eminente e alarmado, há alguns anos, da possibilidade de algum vírus saltar para a espécie humana e se alastrar pelo mundo globalizado e conectado tecnologicamente, o que se concretizou no final de 2019.

É nesse sentido que Beck afirma que sociedade de risco sinaliza uma nova fase da contemporaneidade. Fase na qual o que foi outrora perseguido e disputado como “bens” das indústrias modernas, tais como renda, empregos e seguro social, passa a ser contrabalançado por um conflito nomeado de “os males”. Estes incluem os próprios meios pelos quais muitos dos antigos “bens” eram de fato alcançados. Ou seja, eles envolvem os ameaçadores e incalculáveis efeitos colaterais do “progresso” e “as externalidades produzidas pelo avanço da tecnociência e a obsessão generalizada por assegurar o crescimento econômico sustentado” (Beck, 2018, p. 92).

Assim, a noção de sociedade de risco mundial em Beck (2018) pode ser compreendida como a soma dos problemas para os quais não há resposta institucional. Ora, a contradição nuclear de uma formatação social nesses termos surge com a ideia de ser preciso criar mecanismos, técnicos e políticos, de gestão e controle dos riscos causados pelo próprio desenvolvimento civilizatório. Não tem a ver com uma sociedade distópica ou de catástrofe, mas com a formatação de um *discurso de crise*, de propensão direta ao caos. Fato observado nas constantes crises geopolíticas, nas consequências ambientais do crescimento irresponsável e, por óbvio, na disruptiva crise pandêmica causada pelo *Sars-Cov2*.

Portanto, seguindo essa lógica, o processo cultural deve ser gerido e controlado. Por consequência, podemos inferir que a tentativa de controle e gestão do processo cultural e civilizatório incide sobre a experiência do mal-estar observado por Freud. Bem, quem faria essa gestão? Sigamos.

3. Da revolução digital à cibercultura, e vice-versa: paradigmas e contradições em um mundo algoritmizado

Partindo daí, o processo cultural que caracteriza o estado da arte do nosso tempo está intrinsecamente atravessado pelo alto desempenho técnico e empirista da ciência, com o desenvolvimento da eletroeletrônica e das tecnologias digitais. A discussão sobre os impactos das novas tecnologias de informação e comunicação e do avanço das tecnologias digitais na humanidade vem ganhando força dentro de vários campos de estudos do fenômeno humano.

A revolução digital introduziu, desde 1989 com a criação da *world wide web* (*www*), e especialmente aos nascidos com a popularização da internet, em 1995, uma nova linguagem (Goldberg e Akimoto, 2021). Não apenas uma linguagem relacionada aos códigos de programação, mas à maneira como passamos a escrever mais que falar, a modular e construir padrões de imagem como se fôssemos personagens, a acelerar nossos padrões de resposta e antecipação imaginária de sentido, na relação direta da redução do tamanho do mundo e expansão proporcional do tamanho do Eu. As técnicas de modulação da realidade e do controle das relações passam a ser mediadas por algoritmos que, rapidamente, incorporam nossa forma de amar, desejar, trabalhar, sofrer etc.

Conhecido como *cibercultura*, tal processo cultural parece intensificar e atualizar nossa relação com o vazio existencial humano. Logo, por volta dos anos 1990, a *internet* iniciou seu percurso de popularização como uma das principais ferramentas de comunicação. Sua exploração mercadológica e publicitária, como observa Rüdiger (2016), torna-se relevante, desse esse período em diante, até a formatação da sociedade contemporânea.

Diversos intelectuais, de vários campos do conhecimento, passam a investir seus interesses de estudo na crescente cultura cibernética. O surgimento do que passa a ser nomeado de cibercultura tem como causa, sobretudo, a revolução dos novos dispositivos tecnológicos de uso comum por partes de toda a sociedade, desde as pessoas às instituições, um acréscimo ao processo cultural. Porém, Rüdiger chama atenção para o fato de que os aparatos eletrônicos computacionais e a internet já são, eles mesmos, efeitos do que se pode nomear cibercultura.

A cibercultura pode ser entendida como uma formação histórica de cunho prático e cotidiano, cujas linhas de força e rápida expansão, baseadas nas redes telemáticas, estão criando, em

pouco tempo, não apenas um mundo próprio, mas, também, um campo de interrogação intelectual pujante, dividido em várias tendências de interpretação. (Rüdiger, 2016, p. 7)

De acordo com a psicanalista Diana Wolodarsky (2017), o acúmulo ilimitado de mercadoria e informação segue a lógica pulsional – oferta e demanda visando a preencher a satisfação perdida – , aquela que advém do processo civilizatório e traz a marca indelével do mal-estar existencial humano. Assim, sugere a autora, as formas atuais de segregação são cada vez mais destacadas: fome e desnutrição, pessoas desabrigadas de seus países e imigrantes, situação intensificada com a crise pandêmica. A confusão entre a demanda e o desejo – a primeira cobrindo o segundo – parece estar no auge em nossos tempos, como possível efeito colateral do que a ciência insiste em chamar de progresso.

Portanto, as máquinas digitais convocam os psicanalistas a investirem suas atenções aos seus possíveis efeitos em nossa civilização atual. O advento da internet quebra o paradigma espacial geográfico de maneira extrema. Nossa relação com o tempo é intensificada. A partícula superlativa *hiper* ganha valor. A hiperconectividade hiperimersiva no universo digital produz um sentimento de instantaneidade. A velocidade com que as informações circulam na internet traz a sensação aparente de simultaneidade espaço-temporal. O *gadgets*, tais como computadores pessoais portáteis, *smartphones*, *tablets*, óculos de realidade virtual e aumentada, relógios inteligentes, consoles de *videogame*, dentre outros equipamentos que surgem a cada dia, passam a nos acompanhar em todos os lugares, mantendo-nos conectados 24 horas por dia, sete dias na semana, na rede e com pessoas em todo o planeta.

A pandemia de Covid-19 e a obrigatoriedade sanitária de distanciamento social nos colocaram diante da necessidade de uma hiperimersão digital (Alcântara, Martins, Barbosa Junior e Lima, 2021), em escala global nunca antes vista, um grande marco paradigmático da comunicação do século XXI. Obviamente, esse processo não é homogêneo e integrado, apresentando uma série de contradições. Países como o Brasil, com índices extremos de desigualdade social, experienciam esse processo de forma também desigual.

Na pesquisa TIC Domicílios², publicada em 2021, realizada pelo Centro Regional de Estudos para Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), podemos observar que 46 milhões de brasileiros estão em exclusão digital³. O estudo revela ainda que 45% deste grupo não o fazem por

² Realizada anualmente desde 2005, a pesquisa TIC Domicílios tem o objetivo de mapear o acesso às TIC nos domicílios urbanos e rurais do país e as suas formas de uso por indivíduos de 10 anos de idade ou mais.

³ Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/>.

questões econômicas e outros 37% por não terem aparelhos com conexão à rede. Esta mesma pesquisa revela que uma a cada cinco pessoas no Brasil acessa a internet através de conexão “emprestada” do vizinho. Vale ressaltar que, para a pesquisa, uma pessoa é considerada usuária da internet mesmo se ela tiver acessado à rede apenas uma única vez durante os últimos três meses. Ou seja, se considerarmos o uso cotidiano, o abismo é ainda mais profundo, demonstrando que, de saída, é impossível fazer uma análise consistente da cultura digital sem considerar os recortes de classe e as contradições internas ao capitalismo.

Mesmo assim, os esforços da ciência produzem um verdadeiro arsenal digital em massa. Obviamente, para quem tem poder de consumo. Wolodarsky chama atenção para nossa relação com os dados e as informações que estão concentradas nas mãos de cinco grandes multinacionais estadunidenses, conhecidas como GAFAM: Google (Alphabet Inc.), Apple, Facebook (Meta), Amazon e Microsoft – acrescento, ainda, a Open IA, criadora do ChatGPT e sua importante revolução no desenvolvimento de inteligência artificial para usuários comuns. As empresas que representam o poderio econômico e político do neoliberalismo contemporâneo, a vitrine do Vale do Silício.

Em 2020, em meio a uma das maiores crises da história do capitalismo (Zizek, 2020), estas mesmas empresas de tecnologia, juntamente com o conglomerado do bilionário Elon Musk, cresceram seus valores de mercado exponencialmente, enquanto o PIB mundial despencava. Devemos lembrar também das fortes empresas asiáticas de tecnologia e manipulação de dados que estão envolvidas em batalhas políticas com o governo dos EUA, tais como: Baidu, Alibaba, Tencent, ByteDance, Samsung, Sony, Xiaomi e, principalmente, Huawei, todas com lucros exorbitantes durante a crise viral.

De fato, o avanço da tecnologia não pode ser retardado, sua progressão é imparável à medida que o frenesi da produção contemporânea e o impulso de direção se misturam. É em meio às incertezas acerca das implicações que as novas tecnologias de informação e comunicação, a cibercultura e os modos de vida e de linguagem digital causam no sujeito do inconsciente – objeto de estudo primordial da psicanálise – que levantamos a questão: a pretensa tentativa de gestão de crises que atuam, direta ou indiretamente, sobre a hiperimersão das pessoas no ciberespaço, uma possível forma ambivalente de lidar com o mal-estar, teria como efeito uma nova versão da segregação?

É diante de nosso tempo, frente às tecnologias digitais e rastreando as demandas clínicas e sociais que batem às portas dos consultórios dos psicanalistas pelo mundo, que nos sentimos provocados e convocados pela Wolodarsky: “dos psicanalistas lacanianos, espera-se um dizer diferente sobre as novas formas de segregação” (2017, p. 71).

4. E quem domina o ciberespaço?

Seguindo nossa reflexão acerca do avanço da ciência e da tecnologia em comunhão com o mercado e dos possíveis efeitos das projeções da cibercultura no sujeito e no laço social é que rastreamos a trilha dos domínios do ciberespaço. Por definição, “nome de domínio” pode ser entendido como uma sequência de caracteres que designa o endereço de uma página na rede mundial de computadores, a *www*, ou seja, os domínios territoriais da *internet*.

Em resumo, o domínio é o registro da tradução de uma sequência numérica inscrita em ao menos dois servidores DNS (*Domain Name System*, ou, traduzindo, Sistema de Nomes de Domínio) conectados à *internet* em um sistema de caracteres linguísticos comum ao país onde esse domínio é registrado. Porém, a palavra domínio pode indicar dominação. Isto é, a supremacia em dirigir e governar as ações dos outros pela imposição da obediência ou o reconhecimento de propriedade e soberania de um ou mais indivíduos sobre outros. Uma dupla faceta que, como veremos, segue a lógica de mercado e as políticas de manutenção do *status quo* vigente.

É nesse contexto que o conjunto das gigantes da tecnologia, *Big Techs*, atuam. Essas empresas trabalham como serviços secretos que procuram conhecer os interesses dos seus utilizadores para lucrarem com seus comportamentos na *internet* e nas redes sociais (Han, 2019). O crescimento vertiginoso da Apple segue essa afirmação. Em agosto de 2018, a empresa fundada por Steve Jobs atingiu o patamar histórico de US\$ 1 trilhão de valor de mercado na bolsa de Nova Iorque, o maior da história segundo a revista Forbes⁴.

O crescimento é tão absurdamente vertiginoso que em 2020, durante o epicentro da maior crise da história contemporânea, a Apple dobrou seu valor de mercado, atingindo o patamar de US\$ 2 trilhões. Para se ter ideia, o valor é maior do que o de todas as montadoras automobilísticas do mundo, juntas. Somente 7 países têm o PIB maior que o patamar atingido pela gigante da tecnologia. O PIB brasileiro no mesmo ano foi de US\$ 1,364 trilhão.

Inclusive, a guerra comercial travada entre EUA e China é pautada, hoje, pelos alicerces que envolvem as bases e disputas tecnológicas entre a transparência e governança. Durante os quatro anos do governo de Donald Trump uma série de acusações de espionagem digital foi desferida em direção ao governo chinês através da parceria entre a gigante de tecnologia chinesa Huawei e as forças militares de Xi Jinping.

Afinal, o *data* é o novo petróleo (Silveira, 2018). O mundo parece acompanhar uma nova Guerra Fria pela ubiquidade. Ou seja, um padrão universal, sem sombra para coleta de dados, que

⁴ Disponível em: <https://forbes.uol.com.br/last/2018/08/apple-atinge-us-1-tri-em-valor-de-mercado>.

estará em todos os lugares, cobrindo todo o planeta. Este é o pilar da polêmica corrida pela implantação da tecnologia 5G, cuja dianteira da disputa tecnológica é encabeçada pela chinesa Huawei – que já estuda novas tecnologias de comunicação e informação envolvendo as futuras 6G e 7G.

O movimento mercadológico do domínio dessas empresas foi nomeado pelo cientista da computação Eli Pariser (2012) como bolhas de filtros. As bolhas invisíveis de filtros surgem com a criação da terceira onda da *internet*, a *web 3.0*. Com o projeto de estruturar todo o conteúdo disponível na rede mundial de computadores dentro de conceitos como “compreensão das máquinas” e “semântica das redes”, a *web 3.0* expande essa lógica ao que é chamado de “*internet* das coisas”.

Em um futuro próximo, bilhões de dispositivos estarão conectados à *internet*: veículos, sistemas de compras, automação residencial e industrial, eletrodomésticos, controle logístico e de tráfego. É até comum encontrarmos nas residências de classe média dispositivos de controle e gestão domésticos da Amazon, Google e Apple, as líderes nesse mercado, além da Meta, holding do Facebook, estar investindo massivamente na formatação do metaverso.

Estes dispositivos serão capazes de trocar dados sem que seja preciso ligar cabos, criar conexões e digitar senhas ou passar cartões. Ou seja, dispositivos conectados por toda parte serão grandes produtores de dados. Em expansão estão os objetos eletrônicos controláveis através da rede ou com autonomia gerada pelo desenvolvimento de inteligências artificiais que podem articular melhor os conteúdos de busca e integração de dados a partir da análise do comportamento de meta-heurística, concentrados em nuvem, no que é chamado de *big data*.

Big data, por definição, segundo Amaral (2016, p. 12), é o fenômeno de massificação de elementos de produção e armazenamento de dados, bem como os processos e tecnologias, para extraí-los e analisá-los. De acordo com o autor, o *big data* é um fenômeno e não uma tecnologia, é uma mudança social, cultural, é uma “nova revolução industrial, sua 4ª fase”.

Assim, o *big data* envolve o uso de diversos tipos de conceitos e tecnologias, como virtualização, *internet*, estatística, infraestrutura, armazenamento, processamento, governança, gestão de projetos e computação nas nuvens, tendo o próprio projeto de “*internet* das coisas” como o futuro ideal de obtenção massificada e universal de dados.

Só que a nuvem não está no céu. É, na verdade, um conjunto de torres e dispositivos de armazenamento físico que se parecem com estantes de uma grande biblioteca, onde se concentra e se hospeda volumes de dados coletados; são os *data centers*. O problema surge quando lembramos que

esses *data centers* são localizados e controlados por alguma empresa, privada ou estatal, com acesso restrito, em algum lugar no planeta (não sabemos exatamente onde).

5. Da dinâmica das bolhas aos condomínios digitais

Pariser (2012), em sua tese, é categórico ao afirmar que a bolha dos filtros não está projetada para promover a diversidade de ideias ou de pessoas. Não foi feita para nos apresentar novas culturas. Como resultado, vivendo dentro da bolha, talvez percamos parte da flexibilidade e abertura mental criadas pelo contato com a diferença. Nesse sentido, o Google parece ser ótimo para encontrarmos o que sabemos que queremos, mas não para encontrarmos o que não sabemos que queremos.

Esse movimento segue a premissa de base do desenvolvimento da cibernética, quando, na década de 1950, os primeiros passos dessa nova ciência criada por Norbet Wiener estavam sendo traçados por vários setores políticos e econômicos. A proposta de Wiener foi aceita com o interesse em saber como explorar e controlar as condições de vida coletiva numa economia de mercado em expansão. Seguindo esse princípio, se compreendermos e prevermos os interesses de uma pessoa, estaremos mais bem equipados para influenciar e modular seu comportamento. Essa é a premissa básica da segmentação hiperpersonalizada da informação que a *web 3.0* preconiza. Pariser diz que os filtros personalizados mexem com nossas partes mais compulsivas, criando uma “mídia compulsiva” para fazer com que cliquemos mais e mais, já que a tecnologia, em grande medida, não distingue uma compulsão de um interesse geral.

A bolha dos filtros traz três novas dinâmicas com as quais nunca havíamos lidado até então (Pariser, 2012, p. 11). O primeiro fato é que estamos integralmente sozinhos na bolha. Se tomarmos como referência uma tecnologia anterior, como um canal de TV a cabo que atenda a um interesse muito específico, como, por exemplo, um canal de esportes, observamos que mesmo que atenda uma especificidade do usuário, o canal terá outros espectadores, com os quais partilharemos um referencial. Já canais de *streaming* como a Netflix ou Disney+ são exemplos de serviço segmentado que nos colocam em uma bolha de interesses personalizados, nos mostrando cada vez mais filmes selecionados a partir do nosso suposto interesse “algoritmizado” pelas nossas buscas e visualizações. Em uma época na qual as informações partilhadas são a base para a experiência partilhada, a bolha dos filtros é uma força centrífuga que nos afasta uns dos outros.

A segunda dinâmica é de que “a bolha dos filtros é invisível” (Pariser, 2012, p. 11). Por exemplo, espectadores de fontes de notícias de direita ou de esquerda, geralmente, sabem que estão assistindo a um canal com determinada inclinação política. No entanto, a pauta da Alphabet-Google

não é explícita; a Alphabet não nos diz quem ele pensa que somos ou por que está nos mostrando o resultado que vemos. Não sabemos se as suposições que o *site* faz sobre nós estão “certas ou erradas”.

Seguindo essa premissa, Pariser conclui que, por não escolhermos os critérios que os *sites* utilizarão para filtrar os diversos assuntos, é fácil intuirmos que as informações que nos chegam através de uma bolha de filtros sejam imparciais, objetivas e verdadeiras, diferentemente do canal de notícias políticas sobre o qual temos a certeza da inclinação. Porém, na verdade, não são. Segundo o autor, quando as vemos de dentro da bolha, é quase impossível conhecer seu grau de parcialidade.

Já a terceira dinâmica da bolha dos filtros é de que “nós não optamos por entrar na bolha” (Pariser, 2012, p. 12). Se tomarmos a radicalidade das observações de Pariser como base, podemos inferir que, quando assistimos a um canal, tal como Globo News, ou lemos algum portal de notícias, estamos fazendo uma escolha possível sobre o tipo de filtro que usamos para tentar entender o mundo. Assim, esse tipo de comportamento é um processo ativo. Porém, se levarmos para o espaço digital, a escolha é imperceptível, afinal, não fazemos esse tipo de escolha quando usamos filtros personalizados na *internet*. “Eles vêm até nós – e, por serem a base dos lucros dos sites que os utilizam, será cada vez mais difícil evitá-los” (Pariser, 2012, p. 12).

Ao construir a figura do “dilema das fritas enroladas”, Golbeck (2013) segue o pensamento acerca dos filtros afirmando que as “curtidas” em mídias sociais dizem mais do que imaginamos. Seguir alguém no Twitter, YouTube ou no Instagram não garante que veremos todas as atualizações feitas por aquela página ou pessoa. Da mesma forma que uma busca no Google pode mostrar resultados completamente diferentes para o mesmo perfil ou indexador, dependendo da localização ou da máquina em que a busca seja feita. Essa seleção tenta entregar ao internauta aquilo que realmente faz sentido para ele. Ou, como diz uma frase atribuída a Mark Zuckerberg; “a morte de um esquilo, na frente de sua casa, pode ser mais importante para você do que pessoas morrendo na África” (Pariser, 2012, p. 6).

Porém, a algoritmização parece avançar e, assim, surgem as armas de destruição matemática (*Weapons of math destruction*). Este é o título do *best seller* lançado em 2017 por Cathy O’Neil. A autora, doutora em matemática pela *Harvard University* e ex-analista de dados em *Wall Street*, convida-nos, em seu livro, a entrar no mundo sombrio do *big data*. “Welcome to the dark side of Big Data” (O’Neil, 2017, p. 13). Seguindo as inquietações de Golbeck, O’Neil afirma que vivemos na era dos algoritmos matemáticos e cada vez mais as decisões que afetam as nossas vidas não são tomadas por humanos, mas sim por algoritmos. Situações como em qual universidade estudar, se podemos ou não fazer empréstimo, quanto gastamos no cartão de crédito, quais empresas receberam

nosso currículo, entre outras, estão sendo atravessadas por um conjunto de dados coletados e categorizados sobre nós.

Como Pariser coloca, os algoritmos não são programados para dar uma visão geral do mundo, mas sim para aumentar o tempo de permanência e o lucro dos *sites*. Inclusive, os pacotes de *cookies* e dados de uma empresa podem ser comercializados e vazados. Lembremos do famoso escândalo da empresa de consultoria britânica Cambridge Analytica. A empresa está envolvida em um escândalo – revelado em 2018 pelo *The New York Times* – por ter tido acesso a dados pessoais de 50 milhões de estadunidenses, obtidos irregularmente através de quebra de criptografia do Facebook e utilizados para fins eleitorais na campanha presidencial que elegeu Donald Trump e na saída do Reino Unido da União Europeia, que ficou conhecida como Brexit. Portanto, pela lógica, nossa bolha digital pode ser radicalmente alterada, manipulada e vendida.

A lógica algorítmica segue a formalização matemática da programação computacional, do aberto e fechado, do 0 e 1. Com isso, os algoritmos funcionam como receitas criadas para que computadores possam analisar uma grande massa de dados de qualquer sistema computacional em rede. Segundo o estudo de O’Neil, o *big data* aumenta vertiginosamente a desigualdade e é uma ameaça à democracia, pois os algoritmos se baseiam em modelos matemáticos concebidos para reproduzir padrões e leituras sociais estáticas, ou seja, reproduzir preconceitos, equívocos e vieses humanos.

A tese central de O’Neil é a de que a programação algorítmica não descreve a realidade social tal como ela é, interferindo, modificando, expandindo ou limitando nossas oportunidades. A autora utiliza um exemplo prático muito utilizado nos Estados Unidos e que é frequentemente visto em universidades particulares no Brasil.

Algumas universidades utilizam um sistema de cálculo algorítmico de produtividade e desempenho conhecido como “modelo de pontuação do valor agregado do professor”. Assim, uma série de variáveis é coletada e organizada para gerar um resultado numérico comparável. O índice de frequência e as notas dos alunos são parâmetros base, em que os professores ganham pontos quando seus alunos atingem melhores resultados e vice-versa, dentre outras variáveis parametrizadas por cada instituição.

A situação problemática acontece justamente por ninguém entender de verdade como funciona o sistema e a impossibilidade de inclusão de variáveis não matematizáveis. Para a autora, o que ocorre, de fato, é que há muito “ruído estatístico”, deflagrando a inconsistência dos algoritmos,

fazendo com que muitos professores percam seus empregos por não se adequarem à lógica da produtividade algorítmica ou por uma própria falha nessa tecnologia.

Ora, a sociedade que preconiza a transparência produz informação que é consumida e veiculada como produto. Entretanto, não promove a transparência no interior das empresas e dos governos que utilizam a lógica algorítmica, obscurecendo o modo como organizam os dados e interferem em nossas vidas, o que parece se aproximar de uma lógica segregativa.

Obviamente, não temos como dissociar a prática das grandes empresas que, direta ou indiretamente, utilizam a matemática algorítmica na construção de bolhas digitais, da política socioeconômica do domínio estatal. A questão se desenha menos em relação ao debate sobre a abrangência e tamanho, máximo ou mínimo, do poder estatal, bandeira frequentemente levantada pela nova direita liberal, e mais no julgamento da sua eficácia na economia política do controle sobre os corpos e no domínio do *status quo*. Afinal, já que sua legitimação se estabelece justamente na promessa de produção da liberdade, temos tanto o recrudescimento da autoridade e do poder policiador e coercitivo do estado em direção a grupos considerados potencialmente perigosos – em especial minorias raciais, étnicas, imigrantes, orientações sexuais e identidades de gênero divergentes do padrão heteronormativo –, quanto a necessidade da coleta e da mais intensa transparência e conhecimento de informações para a intervenção certa no balanceamento de assimetrias que distorçam as leis de mercado.

Ora, não seria essa mais uma possível faceta da sociedade de risco? A disposição dos domínios do ciberespaço por megacorporações privadas, localizadas em sua maioria no Vale do Silício, alavanca a economia global em face da transparência. A partir disso, a segmentação de dados parece servir de orientação para o poder policiador em uma sociedade gerida por algoritmos que tem por premissa básica a customização, otimização e consumo.

Portanto, ao concordarmos com Periser, podemos inferir que o conjunto de bolhas individuais de filtros, geridos por empresas que controlam os dados, seguem parâmetros estruturais de campos de domínios na *internet*. Logo, de bolhas à (com)domínios digitais (Alcântara, 2019). Com isso, esferas do governo e empresas de tecnologia dominam as práticas nada ortodoxas no território digital. Com os domínios obscuros do ciberespaço, os usuários transparentes são efetivamente condominizados.

Ao ignorar a existência da bolha digital e da hipersegmentação algorítmica, muitos usuários acreditam que as informações que recebem ou atravessam sua *timeline* representam o conjunto de pensamento de todos os seus “amigos” ou perfis que seguem. O usuário pode acabar cercado por um

contexto de informação específico e nem perceber isso. Ou pior, ser territorializado em muros algorítmicos que funcionam como campos de concentração digital – o que incide, inclusive, na vida material e física do sujeito.

É na busca de operar uma tecnificação do mal-estar traduzida na tentativa de dominação do Real que os domínios digitais refletem o ideário tecnocientífico da cibercultura algorítmica: controlar, segmentar e dominar. De forma radical, a segmentação e a individualização seguem de maneira uniforme, universal, oferecendo objetos tecnológicos, *gadgets*, da mesma maneira que oferece objetos-informação de modo personalizado. Bem como, a matematização algorítmica parece operar práticas de exclusão e segregação a partir do ambiente digital. É importante frisar: “a partir”.

O digital está impregnado na vida material sensível, logo, suas consequências também. O mal-estar na cibercultura algorítmica nos envolve em bolhas digitais dominadas pelo poder das megacorporações de tecnologia, as *BigTechs*. Afinal, o sujeito, o ser falante, será envolvido por esta operação?

Referências

- Alcântara, S. (2019). *Segregação digital: um estudo crítico-reflexivo acerca do efeito da cibercultura no sujeito*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Fortaleza, Fortaleza.
- Alcântara, S., Martins, J.C., Barbosa Junior, F. W. e Lima, M.C.P. (2021). Notas sobre o mal-estar na cibercultura em tempos de hiperaceleração digital. *Tempo psicanalítico*, 53(1), 221-248.
- Amaral, F. (2016). *Introdução à ciência de dados: mineração de dados e big data*. Rio de Janeiro: Alta Books.
- Beck, U. (2018). *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Dunker, C. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.
- Eidelsztein, A. (2023). *Outro Lacan: Estudo crítico sobre os fundamentos da psicanálise lacaniana*. São Paulo: Toro Editora.
- Forbes Brasil. (2018). *Apple atinge US\$ 1 tri em valor de mercado*. 2 de agosto de 2018. Recuperado de <https://forbes.com.br/last/2018/08/apple-atinge-us-1-tri-em-valor-de-mercado>.

- Freud, S. (1930). O mal-estar na cultura. Em: S. Freud. *Cultura, sociedade e religião: o mal-estar na cultura e outros escritos* (pp. 305-410). Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- Golbeck, J. (2013). *Analyzing the social web*. New York: Elsevier Science.
- Goldberg, L. e Akimoto, C. (2021). *O sujeito na era digital: ensaios sobre psicanálise, pandemia e história*. São Paulo: Edições 70.
- Han, B.-C. (2019). *No exame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes.
- Harari, Y. N. (2020). *Sapiens: uma breve história da humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lacan, J. (2005). *O triunfo da religião*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- O'Neil, C. (2017). *Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy*. New York City: Broadway Books.
- Pariser, E. (2012). *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ribeiro, S. (2019). *O oráculo da noite: a história e a ciência do sonho*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rüdiger, F. (2016). *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores* (2. ed.). Porto Alegre: Sulina.
- Silveira, S. A. (2018). A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. Em: J. Souza, R. Avelino e S. A. Silveira. *A sociedade do controle: manipulação e modulação nas redes digitais* (pp. 31-46). São Paulo: Hedra.
- Žižek, S. (2020). *Pandemia: covid-19 e a reinvenção do comunismo*. São Paulo: Boitempo.
- Wolodarsky, D. (2017). Machines à ségréguer. *La cause du désir: internet avec Lacan*, 97, 69-71.